ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

GABINETE DO PREFEITO LEI Nº 858/2025

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 348/2005, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICIPIO GUAMARÉ, **PARA MODIFICAR** REDAÇÃO DO ART. 45 REFERENTE Á SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DO ISS, E ACRESCENTAR O ART. 35-A, DISPONDO SOBRE A CONCESSÃO DE DESCONTO NO PAGAMENTO ANTECIPADO DO **IPT**U **INDUSTRIAL** \mathbf{E} DÁ **OUTRAS** PROVIDÊNCIAS.

- **O Prefeito Municipal de Guamaré**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
- **Art. 1°.** O Art. 45 da Lei Complementar n° 348, de 29 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:
- Art. 45 É responsável pelo crédito tributário do imposto, na modalidade de substituição, sem prejuízo da responsabilidade do prestador em caráter supletivo do cumprimento total da referida obrigação e das hipóteses específicas já previstas neste Código, toda e qualquer pessoa jurídica, pública ou privada, ainda que imune ou isenta, tomadora dos serviços compreendidos na lista do art. 36, inclusive no que se refere aos acréscimos legais, observado o Art. 44 deste Código e disposto na Lei Complementar nº 116/2003.
- § 1º Independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, o responsável a que se refere este artigo está obrigado ao recolhimento integral do imposto devido, inclusive acréscimos legais de multa por infração, de multa de mora, de juros de mora e de atualização monetária.
- § 2º O recolhimento do ISS retido será feito exclusivamente ao Município de Guamaré, vedada a retenção em favor de outro ente quando o local do fato gerador for neste Município.
- § 3º O tomador que atuar como substituto tributário deverá inscrever-se no Cadastro Mobiliário de Contribuintes, cumprir as obrigações acessórias e indicar nos documentos fiscais a retenção efetuada.
- § 4° São exceções à obrigatoriedade de retenção: I - os serviços prestados por microempreendedor individual (MEI);

- II os casos em que a legislação federal ou municipal disponha diversamente;
- III hipóteses de imunidade ou isenção expressamente previstas.
- § 5° O Poder Executivo poderá regular sobre forma, prazos e condições específicas de retenção, inclusive nos casos de medições periódicas de serviços.
- § 6º Nos casos omissos, a responsabilidade do tomador será apreciada à luz das normas gerais do Código Tributário Nacional, da Lei Complementar nº 116/2003 e das demais disposições deste Código, assegurando a plena exigibilidade do ISS.
- § 7° Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1° deste artigo, são responsáveis:
- I o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;
- II a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista do art. 36.
- **Art. 2°.** Fica acrescido o Art. 35-A ao Capítulo que trata do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU, da Lei Complementar nº 348/2005, com a seguinte redação:
- Art. 35-A O Poder Executivo poderá conceder redução de até quinze por cento (15%) do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU, incidente sobre imóveis de natureza industrial, quando o contribuinte efetuar o pagamento integral do tributo antes do vencimento, na forma e prazos estabelecidos em regulamento.
- **Art. 3º**. O Poder Executivo regulamentará, por decreto, em cada exercício, o percentual de desconto a ser concedido, observado o limite estabelecido no artigo anterior.
- **Art. 4º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
- **Art. 5°.** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, Palácio Luiz Virgílio de Brito, em 23 de outubro de 2025.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECAPrefeito Municipal

Publicado por: Isaque Felipe de Oliveira Farias Código Identificador:88C9491B Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 24/10/2025. Edição 3653 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/